

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS/SC: UM ESTUDO DE CASO DOS ANOS DE 2009 A 2016¹

Rafael Verka Sorg

Resumo: Para uma Entidade é necessário e de fundamental importância a publicação e transparência de suas atividades e resultados. Assim, procurou-se responder a seguinte questão: Como estão evidenciados os resultados das gestões do município de Canoinhas/SC, nos anos de 2009 a 2016, mediante dados dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial? Para isso, a pesquisa teve como objetivo mostrar por meio de uma análise, aplicando quocientes, e comparando resultados de dois mandatos diferentes. Tal estudo foi desempenhado por uma metodologia de pesquisa exploratória, pura e empírica, destacando-se por ser um estudo de caso, onde os seus resultados se mantiveram de forma quantitativa. Verificou-se, portanto, que apenas em 2009, 2012 e 2016 é que se consagraram déficits orçamentários. Constatou-se também que, no último ano de cada mandato, ocorreu déficit financeiro, que conseqüentemente diminuiu o saldo de caixa para exercício seguinte. Assim, concluiu-se que não houve um cenário padrão nos índices de cada Prefeito.

Palavras-chave: Análise, Demonstrações, Prefeitura.

1 INTRODUÇÃO

Para que uma gestão se torne eficaz, é fundamental o planejamento, prevendo ações futuras, controlando os gastos e receitas, além da necessidade de revisão dos procedimentos.

É evidente que para uma Entidade se manter com suas atividades, necessita de recursos, sejam eles originários de transferências ou arrecadações próprias, mas que desencadeiam ações importantes e que interferem na população. E, com um conjunto destas ações realizadas pelo Governo, independentemente de sua esfera e poder, estão atrelados os gastos públicos, ou despesas públicas, estes tidos para satisfazer as necessidades e gerar um bem-estar social. Deste modo, explanando o conceito, “Despesa Pública é todo o consumo de bens e direitos à satisfação das necessidades públicas”. (SLOMSKI, 2013, p.34)

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Contabilidade Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade Pública.

Diante do exposto, deve se ter um planejamento eficiente, seja com tais gastos ou com as receitas, pois um governante não pode realizar apenas o que quer, deve levar em conta todo um conjunto de recursos, como financeiros e humanos, além do cumprimento de requisitos, legislações, tratados, entre outros, em que o foco principal é a satisfação comum.

Assim, é de fundamental importância que, a Administração Pública torne transparente suas atividades perante a sociedade, no entanto, algumas situações desencadeiam dúvidas aos cidadãos, mas uma das formas de praticar tal princípio da publicidade, é a publicação das demonstrações contábeis, evidenciando com exatidão o que aconteceu em determinado período em uma Entidade, seja de forma patrimonial, financeira, orçamentária e outras.

Com isso, a fim de promover e entender a publicidade dos atos da Administração Pública, o objetivo principal da pesquisa foi de mostrar por meio de uma análise, aplicando quocientes, como estão estruturados os resultados das gestões do município de Canoinhas/SC, nos anos de 2009 a 2016, mediante dados dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Para que este objetivo fosse possível de ser alcançado, foi necessário contextualizar os conceitos relacionados às demonstrações contábeis e os quocientes das análises correspondentes, além de que foram elencados os dados extraídos destes balanços, como receitas, despesas, ativo, passivo, entre outros, organizando-os e aplicando nas fórmulas correlatas, onde foi possível realizar a análise destes, comparando entre dois mandatos de Prefeitos distintos no município.

Esta pesquisa pode ser considerada como pura, pois foi trabalhada a compreensão de um determinado assunto e não prevaleceu a necessidade de apresentar produtos como consequência, pois, neste caso, ocorreu o entendimento do fenômeno da análise de Demonstrações Contábeis de um município. Não obstante, a pesquisa também é considerada como empírica, pois foram conhecidos os fatos através da coleta de dados, mediante consulta de documentos.

No aprofundamento do estudo, a pesquisa é elencada como exploratória, pois foram explanados os conceitos de algumas demonstrações contábeis, suas características, além de conhecer os quocientes para análise. Assim, o tipo da pesquisa quanto ao método utilizado para a coleta de dados é um estudo de caso, com levantamento das informações, mediante análise de documentos. Ou seja, foram analisados fatores já demonstrados, neste caso, por meio de demonstrações, relatórios e portais de transparência.

A abordagem da pesquisa é quantitativa, onde foram evidenciados por meio de uma avaliação numérica dos procedimentos da gestão pública, comparando valores entre períodos,

representando-os por meio de tabelas. O universo da pesquisa é uma de campo, especificamente no município de Canoinhas/SC, nos períodos de 2009 a 2016.

Portanto, a metodologia aplicada para realização desta pesquisa se resume em coletar os dados dos balanços publicados pelo município, alocando-os em tabelas, sendo que posteriormente foram aplicados em fórmulas de quocientes para análise, chegando desta maneira, a um resultado onde se procurou responder a seguinte questão-problema: Como estão evidenciados os resultados das gestões do município de Canoinhas/SC, nos anos de 2009 a 2016, mediante dados dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial?

2 ANÁLISE DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública apresenta um conjunto dos recursos para realização dos serviços em prol de um bem comum.

Tal Administração é regida por princípios, estes considerados de suma importância a uma gestão eficiente e transparente, podendo ser elencados de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal (1988): “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

Nem todas as atividades giram em torno de uma entidade, é preciso ter organização. Neste contexto, Oliveira (2014) explana que, na Administração Pública são considerados dois grupos de instituições, a Administração Direta e a Administração Indireta, onde:

- i) Administração direta, compreendendo a estrutura administrativa da Presidência da República e dos diversos Ministérios, bem como o conjunto das instituições e unidades organizacionais de cada um dos poderes que integram a União, os Estados e os Municípios.
- ii) Administração indireta, compreendendo as instituições com personalidade jurídica própria, criadas para realizar atividades governamentais de forma descentralizada. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

Assim, as atividades podem ser centralizadas, ou seja, o Estado intervém diretamente na nas atividades, ou também, descentralizadas, como é o caso das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, e todas as atividades a que ele se relaciona devem ser evidenciadas, tornando-se transparentes perante os usuários, sejam eles internos ou externos. E para que isto se efetive, surgem as demonstrações contábeis, que como o próprio nome declara, são demonstrados os atos e fatos pela contabilidade.

As demonstrações, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Parte V, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2012), podem ser assim elencadas:

Assim, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo de aplicação da contabilidade do setor público, disciplinadas por esta Parte, incluindo as exigidas pela Lei nº 4.320/1964, são:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Balanço Orçamentário (BO);
- c) Balanço Financeiro (BF);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Com isso, seguem os conceitos dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.

2.1.1 Balanço Orçamentário

Com o intuito de apresentar os resultados do orçamento, tem-se o Balanço Orçamentário, que segundo o art. 102 da Lei nº 4.320/64, “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (BRASIL, 1964). Assim, são demonstrados os ganhos da entidade, confrontando com o que foi previsto, além de evidenciar os gastos comparados ao fixado.

No que tange à elaboração do Balanço Orçamentário, Slomski (2013) apresenta as seguintes explicações com relação ao seu preenchimento:

Na coluna previsão da receita evidencia-se a previsão da receita ajustada até a data – na coluna da execução da receita, os valores recolhidos até a data, e na coluna diferença, os valores ainda não realizados ou realizados em excesso.

Na coluna fixação da despesa evidencia-se a fixação da despesa ajustada até a data – na coluna da execução da despesa, os valores empenhados até a data, e na coluna diferença, as dotações ainda não realizadas.

A linha Superávit/Déficit de previsão evidencia a diferença entre a previsão da receita e a fixação da despesa orçamentária.

A linha Superávit/Déficit de execução evidencia a diferença entre a execução da receita orçamentária e a execução da despesa orçamentária.

Deste modo, percebe-se que o resultado do Balanço Orçamentário é a evidenciação do superávit ou déficit das ações ligadas à lei do orçamento.

2.1.2 Balanço Financeiro

Esta demonstração apresenta toda a movimentação financeira, propriamente dita, que a Entidade realizou no período. Sua definição pode ser assim apresentada, segundo o art. 103 da Lei nº 4.320/64 como: “O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte” (BRASIL, 1964).

Com relação ao seu preenchimento, Piscitelli; Timbó (2014, p. 323 e 324) apresenta:

Na coluna de receita inscrevem-se:

- os totais da receita orçamentária por categorias econômicas e suas subdivisões;
- os totais da receita extraorçamentária (incluídos os valores das despesas realizadas – pelo regime de competência – e não pagas);
- os saldos provenientes do exercício anterior (disponíveis).

[...]

Na coluna da despesa serão incluídos:

- os totais da despesa orçamentária por funções;
- os totais da despesa extraorçamentária (incluídos os valores das despesas realizadas anteriormente – pelo regime de competência – e pagas no exercício, sem necessidade de nova autorização orçamentária);
- os saldos para o exercício seguinte (disponíveis).

Com isso, o Balanço Financeiro é o que se resume em, utilizar o saldo anterior, confrontar as receitas e despesas, tanto orçamentárias e extraorçamentárias, e apresentar qual o saldo que fica disponível para exercício seguinte.

2.1.3 Balanço Patrimonial

Demonstração que evidencia todo o Ativo e o Passivo da instituição, onde a sua definição pode ser estabelecida da seguinte forma:

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo que evidencia a posição das contas que constituem o Ativo e o Passivo. O Ativo demonstra a parte positiva, representada

pelos bens e direitos, e o Passivo representa os compromissos assumidos com terceiros; e o equilíbrio numérico do Balanço é estabelecido pelo Saldo Patrimonial positivo ou negativo. (PISCITELLI; TIMBÓ, 2014, p. 326)

Desta maneira, percebe-se que esta demonstração apresenta o Patrimônio em si da entidade, distribuído em ativo e passivo, sendo que estes podem ser elencados conforme mostra o art. 105 da Lei nº 4.320/64:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outro pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (BRASIL, 1964)

Portanto, para uma melhor compreensão de como está estruturado o patrimônio da Entidade se tem esta demonstração, confirmando o equilíbrio entre as contas do Ativo e do Passivo com Patrimônio Líquido.

2.2 ANÁLISE DE BALANÇOS PÚBLICOS

A análise das demonstrações contábeis pode ser realizada de diferentes maneiras, seja verificando apenas os valores, comparando informações com anos anteriores, ou até mesmo a utilização de quocientes, estes aplicados neste estudo.

Dentre os existentes, foram utilizados os quocientes para análise dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial.

Para a análise do balanço orçamentário, os quocientes podem ser apresentados da seguinte maneira, conforme explana Kohama (2015): a) Quociente de Execução da Receita: este que é o resultado da divisão entre a receita realizada e a previsão inicial, sendo um resultado normal acima de 1, ou seja, excesso de arrecadação; b) Quociente do Equilíbrio Orçamentário: representando o resultado entre a dotação atualizada e a previsão inicial, evidenciando o quanto pode ser aberto de Créditos Adicionais, pelo valor de Dotação

Atualizada maior que Previsão de Receita; c) Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais: é o resultado da divisão entre o valor do Excesso de Arrecadação com o de Créditos Adicionais Abertos, sendo normal o resultado com 1 ou maior; d) Quociente da Execução da Despesa: corresponde ao valor das Despesas Empenhadas dividido pelo valor da Dotação Atualizada, mesmo procedimento da execução da receita, no entanto, aqui é considerado normal o resultado menor que 1, pois não podem ser realizadas despesas que não estejam na dotação; e) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: É o quociente entre Receita Corrente e Despesa Corrente, que considera como resultado normal, um valor acima de 1; f) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Mesmo procedimento do quociente anterior, mas com receitas e despesas de capital, em que o resultado normal é considerado como menor que 1; e g) Quociente do Resultado Orçamentário: Neste, o cálculo é realizado pela divisão das Receitas Realizadas pelas Despesas Empenhadas, indicando se houve superávit ou déficit orçamentário.

Ainda de acordo com Kohama (2015), a análise do Balanço Financeiro pode ser realizada mediante os seguintes índices: a) Quociente da Execução Orçamentária: É a divisão entre receita orçamentária e despesa orçamentária, neste apresenta o mesmo resultado do quociente do resultado orçamentário, pois são as receitas realizadas e as despesas empenhadas no âmbito orçamentário; b) Quociente da Execução Extraorçamentária: como é intitulado, o resultado é apresentado entre a receita extraorçamentária e a despesa extraorçamentária, ou seja, o quanto desta receita foi realizado em confronto com a execução desta despesa; c) Quociente do Resultado da Execução Financeira: Representado pelo valor entre todas as receitas e todas as despesas, ou seja, é a divisão das receitas orçamentárias e extraorçamentárias e das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, efetivando a relação da real movimentação financeira da Entidade; e d) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros: É a relação entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

E, como análise do Balanço Patrimonial, tais quocientes que podem ser utilizados para esta finalidade: a) Quociente do Resultado Patrimonial: É o valor do ativo total dividido pelo passivo total, significando desta forma, um superávit ou déficit patrimonial; b) Quociente da Situação Financeira: O valor é mensurado pela relação entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, demonstrando um resultado da movimentação financeira de curto prazo; e c) Quociente da Situação Permanente: É o resultado entre Ativo Permanente e Passivo Permanente, envolvendo bens, direitos, obrigações de longo prazo. (KOHAMA, 2015).

2.3 COLETA DOS DADOS

Foram coletadas as informações dos Balanços: Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, dos anos de 2009 a 2016.

Com isso, seguem os dados que foram retirados dos Balanços da Prefeitura, e alocados de forma que facilite a aplicação dos quocientes para análise:

Tabela 1 – Dados dos Balanços Orçamentários da Prefeitura de Canoinhas/SC.

	2009	2010	2011	2012
Receita Realizada	R\$ 69.101.042,33	R\$ 83.764.468,26	R\$ 100.133.577,97	R\$ 110.780.557,43
Previsão Receita	R\$ 65.490.183,36	R\$ 61.486.437,56	R\$ 81.179.896,00	R\$ 98.606.815,00
Dotação Atualizada	R\$ 75.833.929,51	R\$ 88.562.203,13	R\$ 111.098.913,62	R\$ 126.943.363,05
Excesso de Arrecadação	R\$ 3.610.858,97	R\$ 22.278.030,70	R\$ 18.953.681,97	R\$ 12.173.742,43
Créditos Adicionais Abertos	R\$ 10.343.746,15	R\$ 27.075.765,57	R\$ 29.919.017,62	R\$ 28.336.548,05
Despesa Executada	R\$ 73.737.258,09	R\$ 81.798.914,98	R\$ 98.554.380,24	R\$ 113.762.498,30
Receita Corrente	R\$ 54.887.810,12	R\$ 64.019.211,33	R\$ 80.055.281,55	R\$ 84.778.845,45
Receita de Capital	R\$ 2.862.336,66	R\$ 5.734.817,82	R\$ 3.577.735,32	R\$ 9.203.576,67
Despesa Corrente	R\$ 50.511.033,62	R\$ 55.182.879,92	R\$ 68.488.622,95	R\$ 75.342.740,81
Despesa de Capital	R\$ 11.875.328,92	R\$ 12.605.595,95	R\$ 13.565.196,19	R\$ 21.621.743,66
	2013	2014	2015	2016
Receita Realizada	R\$ 114.533.163,77	R\$ 132.709.138,18	R\$ 117.740.663,19	R\$ 130.780.569,81
Previsão Receita	R\$ 110.620.515,00	R\$ 129.830.472,72	R\$ 137.017.920,00	R\$ 137.017.920,00
Dotação Atualizada	R\$ 131.811.721,91	R\$ 155.057.754,97	R\$ 161.810.477,15	R\$ 158.486.858,62
Excesso de Arrecadação	R\$ 3.912.648,77	R\$ 2.878.665,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Créditos Adicionais Abertos	R\$ 21.191.206,91	R\$ 25.237.282,25	R\$ 24.792.557,15	R\$ 21.468.938,62
Despesa Executada	R\$ 114.352.233,68	R\$ 130.095.868,87	R\$ 117.572.067,43	R\$ 131.951.586,26
Receita Corrente	R\$ 90.869.049,12	R\$ 106.635.895,52	R\$ 111.097.773,37	R\$ 123.208.955,92
Receita de Capital	R\$ 4.770.837,22	R\$ 8.730.821,11	R\$ 6.642.889,82	R\$ 7.571.613,89
Despesa Corrente	R\$ 84.759.800,63	R\$ 96.449.921,92	R\$ 103.142.651,95	R\$ 114.702.470,11
Despesa de Capital	R\$ 10.699.155,62	R\$ 16.303.525,40	R\$ 14.429.415,48	R\$ 17.249.116,15

Fonte: Prefeitura Municipal de Canoinhas (2018, adaptado pelo Autor).

Tabela 2 – Dados dos Balanços Financeiros da Prefeitura de Canoinhas/SC.

	2009	2010	2011	2012
Receita Orçamentária	R\$ 69.101.042,33	R\$ 83.764.468,26	R\$ 100.133.577,97	R\$ 110.780.557,43
Despesa Orçamentária	R\$ 73.737.258,09	R\$ 81.798.914,98	R\$ 98.554.380,24	R\$ 113.762.498,30
Receita Extraorçamentária	R\$ 18.442.295,45	R\$ 17.246.039,29	R\$ 15.392.110,87	R\$ 18.378.569,58
Despesa Extraorçamentária	R\$ 12.402.037,35	R\$ 18.294.848,13	R\$ 14.549.309,07	R\$ 18.056.276,12
Saldo que passa p/ Exerc. Seguinte	R\$ 9.568.906,36	R\$ 10.485.650,80	R\$ 12.907.650,33	R\$ 10.248.002,92
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 8.164.864,02	R\$ 9.568.906,36	R\$ 10.485.650,80	R\$ 12.907.650,33
	2013	2014	2015	2016
Receita Orçamentária	R\$ 114.533.163,77	R\$ 132.709.138,18	R\$ 117.740.663,19	R\$ 130.780.569,81
Despesa Orçamentária	R\$ 114.352.233,68	R\$ 130.095.868,87	R\$ 117.572.067,43	R\$ 131.951.586,26
Receita Extraorçamentária	R\$ 21.643.645,03	R\$ 27.347.885,08	R\$ 24.823.952,71	R\$ 23.451.344,77
Despesa Extraorçamentária	R\$ 20.387.943,95	R\$ 19.978.769,24	R\$ 21.942.245,54	R\$ 25.063.490,04
Saldo que passa p/ Exerc. Seguinte	R\$ 11.684.634,09	R\$ 21.667.019,24	R\$ 24.717.442,92	R\$ 21.934.281,20
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 10.248.002,92	R\$ 11.684.634,09	R\$ 21.667.019,24	R\$ 24.717.442,92

Fonte: Prefeitura Municipal de Canoinhas (2018, adaptado pelo Autor).

Tabela 3 – Dados dos Balanços Patrimoniais da Prefeitura de Canoinhas/SC.

	2009	2010	2011	2012
Ativo Financeiro	R\$ 12.063.224,85	R\$ 10.723.384,14	R\$ 12.977.616,49	R\$ 10.524.721,08
Passivo Financeiro	R\$ 9.306.713,75	R\$ 6.881.851,84	R\$ 7.226.445,13	R\$ 5.403.942,52
Ativo Permanente	R\$ 40.753.539,86	R\$ 52.501.828,57	R\$ 61.878.463,62	R\$ 80.641.588,76
Passivo Permanente	R\$ 2.223.211,03	R\$ 7.567.374,62	R\$ 6.925.919,80	R\$ 9.021.754,50
	2013	2014	2015	2016
Ativo Financeiro	R\$ 12.142.427,27	R\$ 21.846.380,06	R\$ 24.899.957,58	R\$ 22.194.983,21
Passivo Financeiro	R\$ 6.820.094,53	R\$ 11.988.785,91	R\$ 13.058.899,50	R\$ 9.524.711,85
Ativo Permanente	R\$ 88.884.163,37	R\$ 102.962.471,46	R\$ 108.337.195,59	R\$ 129.067.639,15
Passivo Permanente	R\$ 6.795.839,07	R\$ 6.644.427,66	R\$ 11.527.669,99	R\$ 16.998.041,75

Fonte: Prefeitura Municipal de Canoinhas (2018, adaptado pelo Autor).

2.4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para a análise, foram utilizados os quocientes de verificação apresentados por Kohama (2015), com adaptação das informações e conceitos relativos a estes, fornecidos pela

Secretaria do Tesouro Nacional, mediante Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Parte V.

A seguir são apresentadas as tabelas com o resultado dos quocientes desta análise, onde os valores anteriores foram aplicados nas fórmulas correspondentes.

Tabela 4 – Quocientes de análise do Balanço Orçamentário

Quocientes	MANDATO 1				MANDATO 2			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Execução da Receita	1,06	1,36	1,23	1,12	1,04	1,02	0,86	0,95
Equilíbrio Orçamentário	1,16	1,44	1,37	1,29	1,19	1,19	1,18	1,16
Cobertura dos Créditos Adicionais	0,35	0,82	0,63	0,43	0,18	0,11	0	0
Execução da Despesa	0,97	0,92	0,89	0,90	0,87	0,84	0,73	0,83
Execução Orçamentária Corrente	1,09	1,16	1,17	1,13	1,07	1,11	1,08	1,07
Execução Orçamentária de Capital	0,24	0,45	0,26	0,43	0,45	0,54	0,46	0,44
Resultado Orçamentário	0,937	1,024	1,016	0,974	1,002	1,020	1,001	0,991

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Tabela 5 – Quocientes de análise do Balanço Financeiro

Quocientes	MANDATO 1				MANDATO 2			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Execução Orçamentária	0,94	1,02	1,02	0,97	1,00	1,02	1,00	0,99
Execução Extraorçamentária	1,49	0,94	1,06	1,02	1,06	1,37	1,13	0,94
Resultado da Execução Financeira	1,02	1,01	1,02	0,98	1,01	1,07	1,02	0,98
Resultado dos Saldos Financeiros	1,17	1,10	1,23	0,79	1,14	1,85	1,14	0,89

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Tabela 6 – Quocientes de análise do Balanço Patrimonial

Quocientes	MANDATO 1				MANDATO 2			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Situação Financeira	1,30	1,56	1,80	1,95	1,78	1,82	1,91	2,33
Situação Permanente	18,33	6,94	8,93	8,94	13,08	15,50	9,40	7,59
Resultado Patrimonial	4,58	4,38	5,29	6,32	7,42	6,70	5,42	5,70

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Diante das informações apresentadas, têm-se a análise orçamentária, financeira e patrimonial de dois mandatos diferentes do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC. O primeiro refere-se aos anos de 2009 a 2012 e o outro de 2013 a 2016.

Assim, podem-se verificar as diferenças e semelhanças entre ambos, o que dois prefeitos distintos fizeram perante o município.

Partindo deste pressuposto, primeiramente em uma análise orçamentária, percebe-se que dos anos analisados, os únicos que não apresentaram excesso de arrecadação foram 2015 e 2016, do Mandato 2, assim denominado nesta análise, como demonstra a Execução da Receita, com índices inferiores a 1, onde a Receita executada foi menor do que sua previsão. Sendo que estes foram os únicos anos em que não continha a informação de transferências recebidas e concedidas, mediante Interferências Passivas e Ativas. Desta forma, os demais anos, em que a arrecadação foi maior do que o previsto, contribuíram com uma parcela de abertura dos créditos adicionais, apresentando índices diversos na Cobertura de Créditos Adicionais, como 0,82 em 2010, ano este que representa o maior valor de excesso de arrecadação e 0,11 em 2014, com a menor diferença de excesso. No entanto, nos demais anos também tiveram créditos adicionais, mas provenientes de outros recursos. Tal fato pode ser percebido perante o quociente do equilíbrio orçamentário, pois em todos os anos, Mandato 1 e Mandato 2, o resultado foi superior a 1, considerado normal, ou seja, indicando que a dotação atualizada foi superior ao da previsão da receita, demonstrando abertura destes créditos adicionais.

No que tange as despesas, nota-se que em nenhum momento foi gasto mais do que a dotação prevista, não necessitando nenhuma autorização legal para gastos além da previsão. Em comparação do Mandato 1 com o Mandato 2, a execução da despesa ocorre de forma parecida, ou seja, há uma queda nos três primeiros anos de cada mandato, onde no último apresenta uma elevação, sendo que no segundo mandato analisado foi gasto menos em relação aos valores da dotação. Há como destaque o ano de 2009, com o maior índice em relação aos demais, representado por 0,97, ou seja, a despesa executada foi a que ficou mais próxima da dotação atualizada.

Já para as receitas, além de apresentar excesso de arrecadação em quase todo o período, foram realizadas receitas correntes compatíveis com as despesas correntes, ou seja, em todos os anos, o quociente ficou acima de 1, demonstrando que as receitas correntes cobrem todas as despesas correntes e ainda podem ser usadas para cobertura de despesas de capital. Com destaque ao Mandato 2, que possui os quocientes inferiores ao Mandato 1, ou seja, para o seu período, sobram menos recursos correntes. Em consonância a este fato, a execução orçamentária de capital também pode ser considerada normal, pois todos os índices são abaixo de 1, significando que não sobram recursos de capital, onde todos são empregados

nas despesas de capital, pois segundo o artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000, não podem ser utilizadas receitas de capital para custear despesas correntes, salvo por lei específica. E em comparação aos índices, percebe-se que no segundo mandato utilizaram mais recursos de capital para o montante das despesas relacionadas.

E, como resultado orçamentário, percebe-se uma variação no período analisado. Em 2009, 2012 e 2016, os índices apontam para um “déficit” orçamentário, ou seja, as receitas realizadas foram menores do que as despesas empenhadas, segundo Kohama (2015), não são consideradas normais, mas se transitória não pode ocorrer com frequência. Já os demais anos são considerados “superávits” financeiros, onde as despesas empenhadas são menores que as receitas realizadas, com evidência aos anos de 2013 e 2015, que os valores estão bem próximos de um equilíbrio orçamentário, com quocientes de 1,002 e 1,001, respectivamente. Nesta situação, os quocientes foram apresentados com três casas decimais, justamente para apontar a diferença de ambos e de que os valores da receita e despesas não são completamente iguais.

Como próxima análise, tem-se o aspecto financeiro. Neste, a execução orçamentária é refletida da mesma maneira que o do resultado apurado pelo Balanço Orçamentário, ou seja, foram encontrados os mesmos índices, pois eram os mesmos valores, receita realizada e despesa empenhada, com as receitas e despesas orçamentárias. Em consequência, se percebe que na execução extraorçamentária também há variância nos quocientes, de acordo com o período. Assim, nota-se que os anos de 2010 e 2016 foram os únicos que apresentaram uma receita extraorçamentária menor do que a despesa extraorçamentária, ambos com índice 0,94, nos demais anos o índice foi acima de 1, refletindo uma receita extraorçamentária com valor maior do que a despesa extraorçamentária.

Todos os resultados podem ser considerados normais, pois refletiram na movimentação financeira do período. Por exemplo, no ano de 2009, a execução orçamentária ocorreu em menor quantidade, entretanto, na extraorçamentária, foi o maior índice, e se analisar perante os valores, se conclui que com o saldo de caixa que tinha do exercício anterior, somado com ambas as receitas e diminuídas as despesas, evidencia o saldo para exercício futuro, este de mesmo valor apresentado no Balanço Financeiro da Entidade. A partir destas informações, os dados se relacionam com o resultado da execução financeira e dos saldos financeiros, pois evidenciam efetivamente o que foi recebido e gasto pelo Município. Assim, nota-se que nos anos de 2012 e 2016, coincidentemente o último ano de cada mandato, representam déficits financeiros que também foram os únicos anos que tiveram

queda no saldo de caixa para exercício seguinte. Em contrapartida, os demais anos que tiveram superávit financeiro, verifica-se o respectivo aumento nos saldos de caixa para próximos exercícios.

Completando a análise, há o enfoque no Balanço Patrimonial. Percebe-se que há um crescimento nos quocientes da Situação Financeira, se analisados os mandatos separadamente, sendo que neste índice, como todos estão com valores acima de 1, representam um superávit financeiro a curto prazo que é apurado neste Balanço. Como também pode ser verificada a situação permanente, que em ambos os períodos o resultado do quociente está com grande diferença do nível base, que é o 1, assim, demonstrando superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial, ou seja, o ativo permanente, que é composto por bens, créditos e valores exigíveis para o exercício seguinte, é superior ao passivo permanente, representado por obrigações a longo prazo.

E, como resultado patrimonial, evidencia-se uma elevação do primeiro ano para o último ano do primeiro mandato, ou seja, 2009 e 2012, e uma queda do primeiro ano para o último do segundo mandato, que é 2013 e 2016, ou seja, em ambos, os valores do ativo foram maiores do que o do passivo, no entanto, a diferença foi maior no último ano do Mandato 1 e no primeiro ano do Mandato 2, evidenciando desta forma, o superávit patrimonial, valor este que será destacado no patrimônio líquido da organização.

Portanto, pode se perceber que há uma variação nos números apresentados por cada prefeito, não existe um cenário com uma crescente constante, ou seja, o que uma informação pode representar em tal período, para o outro ocorreu o oposto, como é o caso do resultado patrimonial e da execução da despesa. Além de perceber que no último ano de cada mandato, ano este que é caracterizado por período eleitoral, os valores de saldo de caixa diminuíram em relação aos períodos anteriores, assim sendo, as despesas financeiras foram maiores que os recebimentos. E, outro ponto que pode ser evidenciado, é de que em oito anos analisados, apenas dois não apresentaram excesso de arrecadação, que foi no Mandato 2, nos demais, o valor realizado de receita foi inferior do que era previsto.

3 CONCLUSÕES

A Contabilidade Pública é uma das ramificações presentes no ambiente contábil, onde não obstante as demais, esta também é de fundamental importância, não só para a Entidade a

que é servida, mas a todos os usuários que são contemplados, seja interno ou externo, como a própria sociedade, que faz parte de suas atividades.

Com isso, torna-se cada vez mais necessário o acompanhamento e a cobrança por parte de seus usuários, começando principalmente pelo universo próximo, e que lhe afeta diretamente, como a esfera municipal.

Desta maneira, após análise e reunião dos dados foi possível verificar que, principalmente, não há um padrão entre os índices apresentados, ou seja, em um momento o que pode ter acontecido durante uma gestão, ocorreu de forma contrária na outra, e tendo situações que ocorreram os mesmos resultados.

Diante disso, pode-se perceber que em um enfoque orçamentário, destaca-se o excesso de arrecadação em quase todos os anos analisados, acarretando desta forma, um incentivo à abertura de créditos adicionais, assim, apenas em 2015 e 2016 é que as receitas realizadas foram inferiores do que a sua previsão. Outro ponto que se destaca é o fato de que mesmo não arrecadando nestes dois anos, o valor que era previsto para as receitas, em todos os períodos a receita corrente foi suficiente para suprir com as despesas correntes, sobrando uma pequena parcela para custeio e auxílio das despesas de capital. Despesas estas que, em nenhum momento analisado, foi necessária uma autorização legal para gastos além do previsto.

No que tange aos créditos adicionais, em ambos os anos pode-se perceber a abertura destes, mesmo com a ausência de excesso de arrecadação, pois foram utilizados recursos provenientes de outras fontes, destacando desta maneira, os índices superiores ao equilíbrio orçamentário, ou seja, a dotação atualização sempre foi superior à previsão da receita, onde indicam os créditos adicionais.

Assim, o resultado orçamentário é evidenciado por um déficit nos anos de 2009, 2012 e 2016, corroborando com o superávit nos demais, onde indica que a receita realizada foi maior que a despesa empenhada, destacando-se neste quociente, os índices próximos do valor 1, ou seja, o segundo mandato foi o que mais se aproximou de um equilíbrio.

Partindo de uma análise financeira, verificou-se que apenas em 2010 e 2016, ambas com mesmo índice, 0,94, é que ocorreu uma arrecadação extraorçamentária menor do que as despesas correlatas, no entanto, não é o mesmo padrão que se permanece no resultado financeiro, pois foi em 2012 e 2016 que ocorreram os déficits financeiros, que coincidentemente, representam o último ano de cada mandato, sendo relacionada a estes, a queda com saldo de caixa para exercício futuro.

Já para o aspecto patrimonial, nota-se um crescimento na Situação Financeira em ambos os mandatos, ou seja, o superávit financeiro mensurado em curto prazo no Balanço Patrimonial tem uma constante, isolando cada governo. Da mesma maneira, em que a situação permanente também apresenta superávits em seus resultados, mas com variância em seus índices.

Deste modo, o resultado patrimonial pode ser elencado por superávits patrimoniais, mas com destaque que, no primeiro mandato analisado, o índice apresenta um aumento do seu primeiro ano, 2009, para o último, 2012, onde ocorre de maneira inversa no segundo mandato, figurando uma queda com relação ao primeiro e o último ano, 2013 e 2016, respectivamente.

Portanto, ao analisar por um contexto geral, ambos os mandatos terminaram com resultados positivos, mesmo com divergências entre si, mas elencando saldos e bens para exercícios futuros.

Recomenda-se assim, analisar os balanços dos anos seguintes, bem como demais demonstrações contábeis não apresentadas nesta pesquisa, além de verificar os resultados de outros municípios, para que se possa comparar e tornar transparentes as atividades de uma instituição pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Brasília, DF, 2000.

_____. Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Lei nº 4320, de 17 de março de 1964**, Brasília, DF, 1964.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Válido a partir do exercício de 2015 [...]. 6. ed. Brasília, 2014.

KOHAMA, Helio. **Balanços Públicos**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração Pública**: foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.